

As empresas de serviços públicos na Argentina (1880-2000)**

Neste trabalho analisa-se a evolução da propriedade das empresas de serviços públicos na Argentina desde a sua criação até às privatizações de finais do século XX. Neste percurso, coloca-se a ênfase nas práticas empresariais que no início do século XX conduziram a situações não concorrenciais, nos protestos dos consumidores no período de entre guerras, nas nacionalizações durante o governo de Perón e nas privatizações no governo de Menem. O objectivo é explicar o aparente paradoxo de as mudanças no regime de propriedade (nacionalizações e privatizações) terem ocorrido durante governos peronistas.

Palavras-chave: serviço público; Argentina; nacionalização; privatização.

Public utility companies in Argentina (1880-2000)

In this paper we analyze the changes in the ownership of Argentinean public utilities from their creation until their privatization at the end of the 20th century. We focus our study on: entrepreneurial tactics during the beginning of the 20th century that produced a monopolized sector; consumer's complaints during the interwar period; Peron's nationalizations; and Menem's privatizations. Our main aim is to explain an apparent paradox: why both types of change in the ownership of public utilities (nationalization and privatization) occurred during peronist governments.

Keywords: public utilities; Argentina; nationalization; privatization.

Em 2006, durante o governo do presidente Néstor Kirchner, foi criada uma empresa provincial¹ — *Aguas Santafesinas S. A.* — para o fornecimento de água potável e para a recolha de esgotos em Santa Fe. Isto aconteceu depois de ter sido retirada a concessão da distribuição de água potável, na

* CIES, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Av. das Forças Armadas, 9, 1649-026 Lisboa, Portugal. e-mail: diego.bussola@iscte.pt.

** Parte da investigação para este trabalho foi realizada no âmbito do projecto POCTI/HAR/40728/2001, "A electricidade e a questão energética em Portugal: produção, distribuição e consumo (1890-1973)", coordenado por Nuno Madureira. Agradeço os comentários às versões anteriores deste texto, feitos por Nuno Madureira, Andrés Malamud, colegas do projecto UBACYT/F097 (Universidade de Buenos Aires) e pelos *referees* da *Análise Social*. Agradeço as correcções do português a Alexandra Gomes e Florência Miranda.

¹ A Argentina tem três instâncias governativas relevantes para os serviços públicos. A nação (a cargo do presidente da República), que se divide em 23 províncias (a cargo dos governadores), e as cidades (a cargo dos presidentes das câmaras municipais). Um caso à parte é a cidade de Buenos Aires, que, até 1994, tinha um presidente da câmara eleito pelo presidente da nação.

cidade de Rosario (a maior cidade da província de Santa Fe), à empresa *Aguas Argentinas* por não cumprimento do contrato. Esta empresa — criada aquando das privatizações realizadas durante o governo do presidente Carlos Menem — tinha recebido em Abril de 1993 uma concessão por trinta anos. *Aguas Argentinas* substituíu a empresa provincial *Dirección Provincial de Obras Sanitarias*, que se tinha constituído a partir da descentralização da estatal *Obras Sanitarias de la Nación*, realizada pelo governo militar entre 1978 e 1980. Por seu lado, a *Compañía Consolidada de Aguas Corrientes del Rosario*, de capitais privados estrangeiros, encarregada da distribuição de água na cidade de Rosario desde 1896, foi integrada em 1948 na empresa estatal *Obras Sanitarias de la Nación*, durante as nacionalizações realizadas por Perón. O ciclo cronológico deste serviço privado/público/privado/(público²) — excepção feita à recente estatização — não difere muito de outros casos latino-americanos e europeus. A singularidade do caso argentino reside no facto de as nacionalizações e as privatizações terem ocorrido sob a administração da mesma facção política: o peronismo. Perón, Menem e Kirchner são representantes do Partido Justicialista (peronista). O objectivo principal deste trabalho é desvendar se estas mudanças se deram por mero acaso ou por alguma característica intrínseca a estes governos.

As nacionalizações e privatizações tiveram como principal alvo os “serviços públicos”. Estes, também tratados pela literatura como infra-estruturas de rede (caminhos de ferro, electricidade, gás, água, esgotos e telefone), constituem o clássico caso de monopólio natural. A sua principal característica é a existência de elevados custos fixos e de custos marginais abaixo do custo médio. O facto de se tratar de monopólios torna necessária a sua regulação por parte do Estado, quer a partir de instituições reguladoras, quer a partir da propriedade pública das empresas (Chick, 2004, p. 91). Essa regulação visa encontrar um equilíbrio entre os interesses dos investidores e dos consumidores (Newbery, 2001, p. 1). Um dos problemas específicos destes serviços públicos é que devem ser capazes de financiar os seus investimentos e de satisfazer a procura existente (Newbery, 2001, p. 3). No caso da electricidade, uma vez que não pode ser armazenada, há uma forte ligação entre a estrutura da procura e os investimentos na capacidade instalada (procura de ponta) (Chick, 2002, p. 4). Isto obriga os investimentos a anteciparem-se à procura e, conseqüentemente, à necessidade de planificação no longo prazo.

² A questão do sucesso/insucesso das privatizações e um possível regresso a situações intermédias (isto é, empresas de propriedade mista) foi levantada por Pierangelo Toninelli (Toninelli, 2000).

A intervenção do Estado neste sector é consequência das características anteriormente enunciadas, não sendo inaugurada pelo peronismo. Na década de 30, os consumidores fazem-se ouvir, colocando a questão das tarifas. Estas são o factor ao qual são mais sensíveis os consumidores, tornando-se o elo mais visível da regulação. Todavia, o estabelecimento de determinadas tarifas gera efeitos noutros domínios, como no dos investimentos futuros, nos lucros razoáveis, nos subsídios cruzados, etc. Nos casos que serão aqui analisados procuraremos mostrar que os processos de mudança na propriedade tiveram como objectivo, no curto prazo, o aumento do consumo das classes populares. Julgamos que este modo de agir com “urgência” faz parte de algumas características próprias do peronismo, rejeitando assim a ideia do “falso peronismo” de Menem. Julgamos também que a planificação limitada aos objectivos de curto prazo determinou que ficassem relegadas para segundo plano questões fundamentais na economia política das infra-estruturas de rede, tais como os investimentos futuros e os lucros excessivos.

Na primeira parte do artigo analisaremos o nascimento das empresas de serviços públicos durante a *belle époque* da Argentina (1880-1914). A relação entre as empresas (isto é, concorrência, cooperação) e a origem dos capitais são elementos centrais para compreender a tendência para o desenvolvimento de práticas não concorrenciais por parte das empresas. Depois será apresentado um caso que mostra como durante o período de entre guerras as classes médias de Buenos Aires adquirem representação política e se produzem conflitos com as empresas de serviços públicos de capitais estrangeiros. O *affaire CHADE* é apenas um dos muitos conflitos que, em torno das questões tarifárias, colocam em confronto os interesses de empresas de serviços públicos, os consumidores e o governo. Na terceira parte mostraremos uma novidade introduzida por Perón. Por um lado, revemos brevemente a nacionalização dos caminhos de ferro para compreender de que forma a administração peronista se transformou no símbolo do nacionalismo e, por outro lado, apresentaremos as alterações na distribuição da riqueza que as suas políticas geraram. Os efeitos destas políticas serão exemplificados com a questão das tarifas dos serviços públicos. Finalmente, observaremos aspectos da “revolução” neoliberal de Menem e as diferentes leituras sobre as privatizações.

INSTALAÇÃO E FUSÃO (1880-1914)

In September, 1902, Buenos Aires had 861,513 [inhabitants], and it is growing at the rate of about 40 per cent per decade [...]
Comparing its present rate of growth per decade with some other

cities, we find the following: Greater London, 20 per cent; New York, 37 per cent; Chicago, 54 per cent; Philadelphia, 23 per cent; Greater Berlin, 19 per cent; Buenos Aires, 40 per cent [...]

The finest, and said to be the best-lighted street in the world, is the *Avenida de Mayo*, which is in the centre of the city [...] It has a fine asphalt pavement and double electric lights in the centre [Corthell, 1903, pp. 460-461].

A singularidade da economia argentina na viragem do século foi o seu rápido crescimento, caracterizado pela acumulação de dois factores: trabalho e capital. A importante presença de imigrantes europeus (entre 1884 e 1913 metade do crescimento da população ficou a dever-se à natalidade e a outra metade à imigração, nomeadamente de espanhóis e italianos) e a forte presença de capital estrangeiro (em 1913 quase metade do capital investido é de origem estrangeira) são os elementos determinantes deste crescimento. Cabe sublinhar que entre os investimentos estrangeiros se destacam os ingleses (Taylor, 1994). Devido à importância que estes investidores tiveram na consolidação da sociedade argentina, consideram-se clássicos os trabalhos que se debruçam sobre o domínio do capital inglês neste país desde finais do século XIX até à primeira guerra (Skupch, 1973; Ford, 1971). Do outro lado do Atlântico não é menor a importância atribuída à Argentina como lugar de investimento, já que 8% de todos os investimentos britânicos no exterior, no período de 1880-1914, têm como destino este país (Ford, 1971, p. 650). Colocando o foco na América Latina, a Argentina é o destino principal dos capitais britânicos, conformando, em 1913, 37,3% dos investimentos na região. Estes capitais foram investidos nos serviços públicos, nos bancos, etc. (Skupch, 1973, pp. 15-23).

Apesar da importante presença britânica, cabe perguntar se eram efectivamente esses capitais que predominavam nos serviços públicos, surgindo ainda a dúvida acerca de como era a relação entre as diferentes empresas e/ou os diferentes investidores. No período inicial (1880-1914), a maior parte das infra-estruturas urbanas (os serviços públicos) foi instalada por companhias estrangeiras sob a forma de concessões, mediante contratos estabelecidos com as câmaras municipais³. Estas primeiras redes tinham alcance local ou, no máximo, chegavam à periferia das cidades. Sob este regime instalam-se em Rosario a *Compañía de Aguas Corrientes del Rosario* (1896), a *Compañía de Obras de Salubridad del Rosario* (1898), a *Compañía de*

³ Os serviços de água e esgotos foram uma excepção a este comportamento, já que a regra foi que estivessem em mãos da empresa estatal *Obras Sanitarias de la Nación*. Todavia, em Rosario e Bahía Blanca, as redes de águas e esgotos estavam concessionadas a privados (Lanciotti, 2005).

Electricidad del Río de la Plata (1899), etc., e em Buenos Aires a *Compañía Alemana Transatlántica de Electricidad* (1896), a *Compañía Anglo-Argentina de Tranvías* (1876), a *Compañía Italo-Argentina de Electricidad* (1912), etc. Os capitais destas empresas não são exclusivamente britânicos, sendo que a SOFINA — *holding* formada por capitais belgas, alemães, americanos, ingleses e franceses — é proprietária de várias empresas: *Compañía Anglo-Argentina de Tranvías* (Buenos Aires), *Sociedad de Electricidad de Rosario*, *Compañía General de Tranvías de Rosario*, *Compañía Hispano-Americana de Electricidad* (Buenos Aires), etc. (Lanciotti, 2005, p. 8; García Heras, 1994, pp. 18-38).

Os contratos de concessão assinados entre as empresas de serviços públicos e as câmaras não supunham a existência de exclusividade na exploração ou na atribuição de monopólios legais. O princípio que norteia as concessões concedidas pelas câmaras é o de que a concorrência entre as diferentes empresas é positiva para os utentes, uma vez que provoca uma queda das tarifas. Não há qualquer consideração das infra-estruturas de redes como “monopólios naturais”. Contudo, durante este período inicial verifica-se que as empresas desenvolvem estratégias para gerar práticas não concorrenciais, caracterizadas pela fusão de companhias e pela divisão do mercado entre as diferentes concessionárias. Estas estratégias foram possíveis porque a instalação das companhias estrangeiras contava com o apoio do *establishment* liberal-conservador local, que, na primeira década do século XX, continuava a considerar vitais os investimentos estrangeiros directos para o desenvolvimento económico estável do país (García Heras, 1994, p. 21). Vejamos alguns exemplos deste processo.

Em 1897, a *Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft* (AEG) assina um contrato de concessão com a câmara de Buenos Aires para a criação e exploração de centrais eléctricas. Assim, é criada a *Compañía Alemana Transatlántica de Electricidad* (CATE) com capitais alemães (Nahm, 1997). A expansão desta empresa provoca a absorção de outras semelhantes e a diversificação do seu negócio, que se estende ao sector dos transportes públicos da cidade (eléctricos). Mas, em 1903, a CATE estabelece um acordo com a principal empresa de eléctricos da cidade — a *Compañía Anglo-Argentina de Tranvías* (ANGLO) —, segundo o qual a ANGLO não entra no negócio da distribuição de electricidade e a CATE abdica do negócio dos transportes. Finalmente, em Dezembro de 1907, a CATE assina um contrato de concessão com a câmara por um período de cinquenta anos que não lhe atribuía o monopólio legal da exploração (De Privitellio, 2003, p. 150).

As estratégias das empresas de serviços públicos orientadas para a concentração e para a não concorrência eram criticadas pela imprensa, que destacava as implicações “monopolísticas” de todas estas medidas (García Heras, 1994, p. 20). Tais resistências manifestam-se em algumas tentativas

(falhadas) para estabelecer uma presença municipal mais importante e para alargar a concorrência. Em 1903 fracassa o projecto de municipalização do serviço e mais tarde surge a proposta de instalação de uma central municipal que concorresse com a CATE. Argumentando que a presença de outra central traria benefícios, em 1912 uma nova empresa obtém a concessão de exploração de electricidade: a *Compañía Italo-Argentina de Electricidad* (CAIE). Mais uma vez, o argumento em favor desta concessão é que contribuiria para diminuir as tarifas. Com base nos contratos de concessão, a CATE (1907) e a CIAE (1912) deviam concorrer pelo mercado da cidade⁴. Todavia, pensa-se que interesses pessoais terão estado por trás desta opção, já que o secretário das Obras Públicas (Anastasio Iturbe) e o presidente da câmara (Joaquín Anchorena) se integram no conselho de administração da CAIE depois de finalizadas as suas funções públicas (Liernur e Silvestri, 1993, pp. 45-46). Por fim, a suposta concorrência altera-se novamente por via de um pacto de não interferência estabelecido entre as empresas, sendo que cada uma se dedica a uma parte da cidade, transformando a possível concorrência numa divisão do mercado⁵. Como consequência da aplicação do contrato de concessão, entre 1907 e 1914, a CATE obtém importantes lucros que lhe permitem pagar dividendos entre os 9,5% e os 11%. Neste período, o seu capital passará de 36 milhões de marcos em 1905, para 150 milhões de marcos em 1914 (Dueg, 1906 e 1914). Segundo Young, o crescimento desta empresa é de tal magnitude que “la CATE [...] pudo desarrollarse hasta convertirse en una sociedad casi tan grande como su primitiva matriz, la AEG, con un capital por acciones en 1914 de 150 millones de marcos (el de la AEG en 1914 era de 155 millones) [...]” (Young, 1995, p. 115). Deste modo, “la CATE [...] se convirtió en verdad en el centro y el imán de la inversión directa alemana en América Latina antes de la Primera Guerra Mundial” (Young, 1995, p. 117).

Um outro caso em que se verificam práticas não concorrenciais é o do transporte público electrificado (metro e eléctricos). Por um lado, no caso dos eléctricos, o processo inclui sucessivas aquisições das concorrentes por parte da ANGLO. Se em 1876, com uma extensão de 20,9 km, a ANGLO

⁴ Nestes contratos de concessão não se estabelece qualquer forma de monopólio jurídico. As empresas têm direito a explorar qualquer zona da cidade. Não é aplicado pelas autoridades qualquer princípio de ineficiência por duplicação das redes. A ideia fundamental é que a concorrência traz benefícios aos consumidores. A título de exemplo, veja-se o contrato assinado entre a CATE e a câmara de Buenos Aires em 1907. Neste contrato não há qualquer cláusula que outorgue o monopólio de exploração à empresa (CHADE, 1937).

⁵ Na Grã-Bretanha, durante a segunda metade do século XIX, acontecia algo similar com o gás. Nas pequenas cidades existia só uma empresa distribuidora, mas em cidades como Londres ou Liverpool as empresas dividiam a exploração por distritos, sem invadir o território umas das outras (Millward, 2004, p. 100).

tinha 17,7% da rede dos eléctricos, em 1909 já contava com 536 km, o que representava 82,6% da rede. Apenas em dois anos, entre 1908 e 1909, a empresa sob a direcção da SOFINA compra sete companhias de eléctricos da cidade. Em 1908, a ANGLO assina um contrato de concessão que especifica as condições das fusões e estabelece que deve diminuir e unificar a tarifa em 10c em toda a cidade (García Heras, 1994, pp. 20-22). Por outro lado, apesar de não ter participado na licitação de 1907, em 1909 a ANGLO assina um contrato de concessão para a instalação de três linhas de metro, tendo a primeira ficado concluída em Junho de 1914. Assim, a ANGLO não só absorve as outras companhias de eléctricos, como também adquire a concessão do metro da cidade. Segundo García Heras, as facilidades que a ANGLO encontrava para os seus negócios deviam-se a que até ao começo da guerra a população local não tinha sentimentos contrários às empresas estrangeiras e a elite política ainda possuía uma excelente opinião sobre as companhias britânicas, particularmente sobre as empresas ferroviárias e sobre a ANGLO (García Heras, 1994, p. 25). Deste modo, a aliança entre a oligarquia no poder e os capitais estrangeiros favorece a consolidação de empresas de serviços públicos, em que dominarão práticas não concorrenciais.

Em síntese, no começo do século xx, a ausência de mecanismos de regulação permitiu o desenvolvimento de práticas não concorrenciais entre as empresas concessionárias de serviços públicos. No caso da CATE, os lucros obtidos até à primeira guerra foram significativamente altos. Veremos que a crescente presença das classes médias na vida política irá pôr em causa este estado de coisas. Estas irão dirigir as suas críticas para o que lhes é perceptível no quotidiano: as tarifas dos serviços públicos.

ANTECEDENTES DO NACIONALISMO: O CASO CHADE (1932-1936)

En la década infame, que en rigor se extendió desde 1930 hasta el golpe militar de 1943, se asistió a la reimposición y al mantenimiento del poder político de la elite conservadora mediante un sistema de fraude y corrupción institucionalizados [...] La corrupción política dio un tinte de degeneración social a la elite tradicional, protagonista de una serie de escándalos [...] en los que intervenían figuras públicas y grupos económicos extranjeros, episodios que los nacientes grupos nacionalistas condenaron en muchas oportunidades.

[...] el peso de las acusaciones peronistas contra ese sistema fue acrecentado por el hecho de que incluso aquellos partidos formalmente opuestos al fraude en la década de 1930-40 fueron vistos como com-

prometidos con el régimen conservador. Tal fue [...] el caso del Partido Radical [James, 2005, pp. 28-29].

Em meados da década de 1910, a classe média começa a ser incorporada na vida política, sendo representada em diferentes instâncias governativas por dois partidos: a União Cívica Radical (UCR) e o Partido Socialista (PS). Nos anos 30 surgem reclamações dos consumidores contra as empresas de serviços públicos, acusando-as de realizarem práticas monopolísticas. As contendas entre os representantes dos *portenhos* (habitantes de Buenos Aires) e os sectores no poder são frequentes numa altura em que cresce a nível mundial a desconfiança nas empresas de serviços públicos por causa dos “lucros excessivos”. A versão local desta desconfiança tem como principal alvo a oligarquia no poder e a sua aliança com os capitais estrangeiros. Na década de 30 ocorrem vários conflitos entre as empresas de serviços públicos e os representantes políticos (vereadores, deputados e associações mutuais), centrados na discussão sobre a qualidade do serviço e os valores das tarifas. Um destes casos é o *affaire CHADE*, que se inicia em 1932 com as reclamações dos consumidores que pretendem que uma das duas companhias distribuidoras de electricidade em Buenos Aires, a *Compañía Hispano-Americana de Electricidad*⁶ (CHADE), baixe as suas tarifas. A resolução do conflito acontecerá em 1936 com a chegada ao governo da UCR, que, através de subornos, amplia o período de concessão em troca de uma diminuição nas tarifas. Vejamos em detalhe alguns pormenores deste processo.

A Argentina tem um regime presidencialista, que na viragem do século se caracteriza pela fraude eleitoral, mantendo os partidos conservadores no governo. A partir de 1912 entra em vigor a Lei Sáenz Peña, que estabelece a eleição do presidente e dos representantes do poder legislativo (deputados e senadores) mediante sufrágio universal masculino (nativos maiores de idade). As primeiras eleições para presidente da República em que se aplica esta lei (1916) colocam no poder a UCR⁷, partido que representa os interesses das classes médias. Este triunfo marca o fim dos partidos conservadores no poder e a incorporação das classes médias urbanas na vida política (Ansaldi, 2000). Até essa altura, dado que Buenos Aires era a capital federal da nação, o presidente da câmara (poder executivo) e os vereadores (poder legislativo) eram designados pelo presidente da República a partir de uma lista de figuras conservadoras locais. Os investidores estrangeiros, nomeadamente as em-

⁶ No fim da primeira guerra, a AEG vendeu as acções da CATE a um consórcio espanhol dependente da SOFINA. Deste modo, a partir de 30 de Junho de 1921 passou a chamar-se *Compañía Hispano-Americana de Electricidad* (CHADE).

⁷ A UCR (também conhecida como Partido Radical) e o Partido Justicialista (peronista) são as duas principais forças políticas a partir de 1947.

presas de serviços públicos, encontravam nestas figuras locais (oligarquia no poder da nação e da cidade) um aliado importante. Em 1917, devido à forte pressão do Partido Socialista, é sancionada uma lei que altera o regime eleitoral da cidade, estabelecendo que a eleição dos membros da câmara de vereadores da cidade (um total de 30) devia ser por voto popular, da mesma forma que a Lei Sáenz Peña estabelecia a eleição de deputados e senadores nacionais. Esta reforma não atinge o presidente da câmara municipal, como pretendia o Partido Socialista, continuando este a ser nomeado pelo presidente da República até 1994 (García Heras, 1994, pp. 58-59). A partir daquela mudança eleitoral e até 1943, a cidade envolve-se muitas vezes em conflitos de interesses entre o poder executivo (geralmente representante dos interesses da oligarquia nacional) e o poder legislativo (representante dos interesses dos habitantes da cidade).

Em finais da década de 20, cada uma das distribuidoras de electricidade de Buenos Aires, a CHADE e a CIAE, instala uma central termoelétrica na zona norte da cidade (*Puerto Nuevo*) e nesse momento a rede eléctrica passa a cobrir toda a capital. Deste modo, qualquer problema com as empresas de electricidade passa a ter o conjunto dos habitantes da cidade de Buenos Aires como potencial interessado. Em 1930, um golpe de Estado afasta a UCR do poder, entregando-o ao general José Félix Uriburu, que, por seu lado, nomeia Guerrico presidente da câmara de Buenos Aires. Este, num contexto de crescente intervenção do Estado em questões de regulação⁸, compromete-se a diminuir a arbitrariedade na actuação das empresas de electricidade e a defender os consumidores. Assim, com a intenção de se mostrar como defensor dos consumidores, Guerrico regulamenta e limita a faculdade das distribuidoras de electricidade de interromperem o serviço aos utentes com dívidas. Cabe destacar que esta e outras medidas não são exclusivas da Argentina, já que vários governos, entre eles o português⁹, começam, por essa altura, a desenvolver uma regulação orientada para a “defesa dos consumidores”.

A crise económica fez-se sentir na Argentina no início dos anos 30, sobretudo na classe trabalhadora, atingindo o desemprego 28% da força laboral (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 120). Entre 1929 e 1932, os salários nominais baixam 40%, sendo que o salário real baixa apenas 9% devido à queda do

⁸ Nos anos posteriores foram criadas as seguintes instituições: *Junta Reguladora de Granos* (1933), *Junta Nacional de Carnes* (1933), *Mercado Nacional de Papas* (1933), *Comisión Reguladora de la Producción y Comercialización de la Yerba Mate* (1935) e a *Corporación del Transporte de la Ciudad de Buenos Aires* (1936) (Ugalde, 1983, pp. 44-46).

⁹ Uns anos depois (1936), uma política semelhante seria adoptada pelo governo salazarista, ao promulgar o Decreto n.º 27 289, que autorizava o uso de “tarifas degressivas” para os consumidores domésticos. Mediante esta e outras medidas, o governo apresentava-se como “defensor do povo” (Bussola, 2004, pp. 39-41).

custo de vida (Cortés Conde, 2005, p. 118). Os serviços públicos são parte das despesas domésticas e qualquer aumento das tarifas significa um problema para as famílias. Como consequência destes problemas, entre 1931 e 1932 os consumidores particulares diminuem o seu consumo em 1% por ano. A CHADE é pouco afectada porque esta queda é compensada pelo aumento do consumo industrial¹⁰. Deste modo, a empresa obtém lucros que representam 10% do capital investido no início dos anos 30 (CHADE, 1932). Neste contexto, os socialistas começam a pressionar as empresas de electricidade para baixarem as tarifas. Lembremos que em Fevereiro de 1932 tinha sido eleito presidente Agustín P. Justo. Contudo, e com excepção da cidade de Buenos Aires, a fraude eleitoral caracterizou novamente os anos 30, provocando a abstenção do Partido Radical nas eleições locais e nacionais entre 1931 e 1936 (James, 2005, p. 28). Nas eleições para a câmara de vereadores de Buenos Aires, o Partido Socialista obtém a maioria. Os socialistas haviam colocado a questão dos serviços públicos da cidade na agenda da sua campanha eleitoral.

Em 1932, os problemas com as empresas de serviços públicos atingem uma situação crítica depois do pedido de aumento das tarifas da ANGLO (principal companhia de eléctricos), destinado a fazer face à crise de 1930. As sociedades mutualistas exercem pressão, mediante cartas enviadas à câmara, para que tais aumentos não sejam autorizados. Este episódio é apenas o começo de um longo processo, já que o conflito com as empresas de serviços públicos se aprofundará a partir das reclamações contra a CHADE, devido às tarifas da electricidade. Embora existam reclamações dos comerciantes desde 1924 para que a CHADE baixe as tarifas, o agravamento das condições económicas (provocado pela crise) e a presença de vereadores socialistas no governo da cidade contribuem para que esta questão seja largamente debatida. No conselho deliberante, órgão deliberativo da cidade de Buenos Aires, os representantes do PS colocam a questão das tarifas. Em primeiro lugar, solicitam uma diminuição das tarifas em consonância com a diminuição dos custos, por causa dos avanços técnicos (efeito da instalação das novas centrais)¹¹; em segundo lugar, criticam a “tarifa convencional” (pactuada entre a empresa e os clientes) aplicada ao comércio e à indústria, que supera os máximos permitidos para os consumidores domésticos. Por outro lado, as sociedades de mutualistas ganham grande protagonismo neste conflito, pois muitas vezes agem como intermediários entre a empresa e os consumidores para a colocação de cabos e instalação de contadores, facto que gera uma tensão entre a empresa e estas associações. Em 1932, a *Sociedad*

¹⁰ Segundo Lanciotti, as únicas empresas da SOFINA que aumentam a produção e venda de electricidade a seguir à crise são as explorações da Argentina e da Turquia (Lanciotti, 2007, p. 20).

¹¹ No contrato de concessão de 1907 está prevista a diminuição das tarifas sempre que avanços técnicos permitissem uma diminuição dos custos de exploração (CHADE, 1937).

de Ayuda Mutua Villa Mazzini interpõe um recurso perante o tribunal arbitral por considerar que as quantias que a CHADE cobra aos utentes pela instalação dos cabos não correspondem ao estabelecido no contrato de concessão de 1907 (De Privitellio, 1994 e 2003, cap. 4).

Em 1933, a pressão sobre a empresa vai crescendo. Na primeira metade do ano apresentam-se novos projectos ao nível do poder legislativo local, cujo objectivo é aumentar a regulação sobre as empresas de electricidade. A comissão de concessões de serviços públicos da câmara de vereadores autoriza o seu presidente, Germinal Rodríguez, a apresentar-se perante a empresa para observar os registos contabilísticos e estabelecer os verdadeiros custos de produção. A empresa rejeita tal pedido¹². Da mesma forma, o poder executivo nega-se a ceder às reclamações de intervenção da força pública que obrigassem a empresa a cumprir o solicitado (De Privitellio, 2003, pp. 154-157)¹³. Nas eleições de 1934, os socialistas triunfam usando o confronto com a CHADE como um dos seus principais argumentos eleitorais. A disputa pela “tarifa convencional” acaba com o pronunciamento do tribunal arbitral a 27 de Junho de 1935, que estabelece que a empresa não pode cobrar a comerciantes e industriais valores superiores à tarifa máxima dos consumidores domésticos (De Privitellio, 2003, pp. 162-165). No dia seguinte, o PS apresenta um plano integral para alterar as condições do serviço público de electricidade, que inclui a instalação de uma central municipal para substituir as empresas privadas. Contudo, este plano não avança por oposição do presidente da câmara. É este o ponto de conflito mais agudo entre o Partido Socialista e as empresas de serviços públicos, apesar das tentativas de conciliação do poder executivo.

O fim deste processo chega ao ano seguinte. Em Março de 1936 há eleições nacionais e municipais que dão uma ampla vitória ao Partido Radical. De Privitellio sintetiza o acontecido da seguinte maneira: “El acuerdo se cerró con rapidez y las razones de esta actitud son bien conocidas [hoy]: la CHADE otorgó un suculento soborno a cada uno de los concejales, además de facilitarle dinero a Alvear para la campaña presidencial de 1937 y para la

¹² Note-se a grande diferença, no que diz respeito aos custos de informação para o governo, com o caso português. Durante o salazarismo, nas reuniões do conselho de administração das empresas (e. g., da CRGE), há um representante do governo (o “delegado do Governo”). Hoje em dia uma das competências específicas das entidades reguladoras em Portugal é obrigar as empresas a fornecerem as informações requeridas: “No exercício das suas funções, a entidade reguladora tem o direito de exigir à entidade concessionária da RNT, ou a qualquer entidade detentora de licença, informação que se integre no âmbito das suas atribuições e competências” (Decreto-Lei n.º 187/95, de 27 de Julho, artigo 18).

¹³ Este acontecimento mostra que a regulação baseada apenas em tarifas máximas é posta em causa, uma vez que diferentes órgãos do governo local procuram intervir nos lucros das empresas. Todavia, será apenas em 1958, com a criação da empresa de capitais mistos SEGBA, que a regulação irá impor os lucros que as tarifas devem garantir (Bussola, 2007, pp. 17-18).

construcción de una nueva sede partidaria. Por su parte, el radicalismo apoyaría la aprobación de una nueva ordenanza-contrato, que contemplaría una pequeña rebaja de las tarifas, a cambio de una prolongación de las concesiones” (De Privitellio, 2003, p. 173)

Naquela altura, a UCR apresenta-se como a defensora dos consumidores ao negociar uma diminuição nas tarifas. De facto, o novo tarifário traz uma poupança aos consumidores domésticos, já que em 1938, ano da plena aplicação do novo tarifário, pagam por cada kWh menos 15% do seu valor anterior. Todavia, a ampliação da concessão até fim de 1972¹⁴ e o aumento dos lucros em 1938 (2,4 %) — apesar da queda do preço do kWh — demonstram que o novo contrato foi também positivo para a empresa (Bussola, 2007, pp. 11-12).

Como assinala David James na epígrafe desta secção, as alianças entre as empresas de serviços públicos, em mãos de capitais estrangeiros, e a oligarquia no poder criam as bases para os ataques do nacionalismo económico. No clima mundial de crescente xenofobia dos anos 30, os investidores estrangeiros representam, ao mesmo tempo, o domínio estrangeiro (sobre o nacional) e o domínio do capital privado (sobre o público). Casos como o *affaire CHADE* são utilizados pelos nacionalistas para demonstrar a corrupção da elite conservadora, da qual a UCR e as empresas de capitais estrangeiros fazem parte. É neste contexto que Perón surge como um dos pilares do golpe de 1943.

A HERANÇA PERONISTA

En la tarde del primero de marzo de 1948, millares de descamisados, se congregaron en la plaza Britania, de Buenos Aires, ubicada frente a la terminal ferroviaria de Retiro. Habían llegado de todo el país, para celebrar el traspaso oficial a manos del gobierno argentino, de unos 25 000 kilómetros de ferrocarriles de propiedad británica [...] A las seis de la tarde la plaza desbordaba con una excitada multitud en ánimo festivo. Los obreros con camisas blancas agitaban cartelones. En grandes caracteres las leyendas proclamaban “Ahora Son Argentinos”, que la nación había logrado su independencia económica. Otros carteles rendían tributo al líder Juan Domingo Perón [Wright, 1980, p. 11].

Nas discussões sobre a nacionalização dos serviços públicos parte-se do caso “clássico” dos caminhos de ferro e assume-se, implicitamente, que nas outras áreas aconteceu uma mudança semelhante — apesar das diferenças

de um caso para o outro. Deste modo, tornou-se frequente a discussão sobre se Perón fez bem ou mal ao nacionalizar os caminhos de ferro. Como vimos, vários serviços públicos eram na sua origem propriedade de investidores estrangeiros, principalmente europeus (ingleses, em particular). Contudo, nos primeiros anos do século xx esta situação muda e várias empresas passam a pertencer à *holding* internacional SOFINA ou à *holding* americana *Electric Bond and Share Company* (ESBCO). Será, porém, a nacionalização dos caminhos de ferro de capitais britânicos o facto que irá marcar simbolicamente a história argentina, já que indica, por um lado, o fim da *belle époque* — anunciado desde 1914 e cada vez mais presente desde a crise de 30 — e, por outro lado, a consolidação do peronismo. É também de vital importância o fim da “relação especial” entre a Inglaterra e a Argentina¹⁵. Este processo permitirá, justamente, fechar o ciclo de “domínio estrangeiro”, sendo o fim da relação com a Inglaterra encarado como a conclusão da presença de capitais estrangeiros no país. A relevância atribuída à nacionalização dos caminhos de ferro enquanto factor explicativo do fim da relação com a Inglaterra obriga-nos a analisar em detalhe o processo.

Em finais da década de 20 o saldo comercial entre a Argentina e a Inglaterra é positivo para a primeira. Depois da crise de 1929 as economias fecham-se com medidas proteccionistas e em Setembro de 1931 a Inglaterra abandona o padrão-ouro (altura em que absorvia 39% das exportações argentinas). Perante o receio de que o mercado inglês de importação de carne se reduza, em 1933 é assinado o tratado de comércio bilateral Roca-Runciman, em que se estabelece uma quota para as exportações de carne argentina e a preferência na compra de produtos manufacturados à Inglaterra em detrimento de outros países. Além disso, o convénio determina que as libras excedentes em poder do governo argentino (fruto do saldo comercial positivo) fossem usadas para o pagamento das remessas das empresas de serviços públicos e da dívida pública (Skupch, 1973, pp. 29-44). Desta forma, a Argentina está impossibilitada de usar os seus saldos comerciais para a compra a outros países a preços mais convenientes, com os quais tinha saldos comerciais negativos (e. g., Estados Unidos¹⁶). Este tratado foi criticado pela opinião pública, já que evidenciava a aliança entre o sector agropecuário e os capitais ingleses: “Lo que se consideraba una grosera alianza entre el capital inglés y los sectores agropecuarios, principalmente ganaderos, había sido convertido [por el tratado] en la política oficial de un gobierno que se ganó con ello el mote de “vendepatria”” (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 128).

¹⁵ Uma boa análise sobre a deterioração destas relações entre 1914 e 1947 pode encontrar-se na obra sobre as origens do peronismo de Pedro Skupch (Skupch, 1973).

¹⁶ A partir da primeira guerra, as importações provenientes dos EUA aumentaram consideravelmente. Na década de 20, enquanto a Argentina tinha uma balança comercial superavitária com a Inglaterra, era deficitária com os Estados Unidos. As importações dos Estados Unidos eram de tal magnitude que em 1929 a Argentina era o segundo maior comprador de automóveis americanos, depois do Canadá (Skupch, 1973, pp. 28-30).

Durante a guerra, a Inglaterra vê-se impossibilitada de exportar e necessita de importar alimentos, alterando a situação e gerando um importante *superavit* em favor da Argentina. Para evitar a saída de libras com que não conta, em 1940, a Inglaterra bloqueia os saldos existentes em favor da Argentina, estabelecendo assim a sua não convertibilidade. Estes saldos acumulam-se e em 1945 a Inglaterra deve à Argentina 112 milhões de libras (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 174). Apesar de em 1946 ser assinado um novo tratado (Eady-Miranda) e a Inglaterra tentar voltar à convertibilidade da libra, em 1947, dois meses depois de decretar a convertibilidade, abandonou-a. O dilema para o governo argentino é o de saber o que fazer com as libras bloqueadas ou, por outras palavras, o que fazer com os saldos comerciais acumulados num país com produtos pouco atraentes. Nessa altura, os interesses destes países pareciam inconciliáveis. A Argentina queria a convertibilidade das libras ou a indexação da dívida a uma taxa superior aos 0,5% existentes e a Inglaterra queria pagar as suas despesas de guerra a preços baixos. A solução encontrada foi a compra dos caminhos de ferro de propriedade inglesa por parte do Estado argentino. Há quem argumente que os fundos acumulados foram mal utilizados, já que deviam ter sido usados para modernizar o sector produtivo do país, em lugar de o deixar sem reservas (Cortés Conde, 2005, p. 181). O contra-argumento é que a Inglaterra não podia fornecer esses bens e, portanto, era preciso esperar a convertibilidade das libras enquanto perdiam valor. Um outro argumento apresentado pelos opositores a esta compra é que se pagou um valor muito elevado (150 milhões de libras) relativamente à sua cotação na Bolsa de Londres (130 milhões de libras). O contra-argumento é que o lucro dos caminhos de ferro era de 5 milhões de libras anuais, enquanto o juro dos 150 milhões de libras bloqueadas era de apenas 750 000 libras por ano (Fodor e O'Connell, 1973, pp. 63-64). Poderíamos continuar a expor argumentos e contra-argumentos, mas o essencial é que com a nacionalização dos caminhos de ferro se concluiu uma relação de parceria entre a Argentina e a Inglaterra e isto apresenta-se como um ponto de inflexão que abre caminho para uma nova era.

O DILEMA DISTRIBUTIVO

Embora a aquisição dos caminhos de ferro tenha sido um dos factos que mais marcaram simbolicamente o peronismo (Março de 1948), o governo nacionalizou muitas outras empresas de serviços públicos. Assim, o plano incluía a nacionalização de vários serviços públicos e a crescente presença do Estado na economia¹⁷.

734 ¹⁷ Uma tabela que lista as nacionalizações pode ser encontrada em Cortés Conde (2005, pp. 160-161).

Se a nacionalização dos caminhos de ferro teve um importante valor simbólico no que diz respeito a cortar os laços com os capitais estrangeiros e inaugurar um período de relativa autarcia económica, dando ao governo o seu carácter nacionalista, há um outro factor (talvez o mais importante) que tornará o peronismo o “partido dos trabalhadores”: o aumento do poder aquisitivo dos sectores populares, ou, por outras palavras, uma distribuição da riqueza nacional em favor dos trabalhadores, como não tinha acontecido anteriormente. Se, por um lado, é um facto o oportunismo político de Perón ao tornar sua a luta mantida durante décadas pelos socialistas contra as empresas de serviços públicos de capitais estrangeiros, por outro lado, é também verdade que ele realizou uma redistribuição da riqueza nunca até então imaginável.

Na altura do golpe militar de 1943 a retribuição de factores era de 44,4% para os trabalhadores e 55,6% para os proprietários de capital e meios de produção; estes valores alteram-se significativamente durante a primeira fase do peronismo e, pela primeira vez na história, a componente salarial supera a obtida como lucro, juros e renda, sendo os seus valores respectivos de 53% e 47% em 1948. Esta mudança é provocada fundamentalmente pelo aumento do salário real, que cresce 62%¹⁸ entre 1945 e 1949 (Gerchunoff e Llach, 2005, pp. 181-182). O incremento do consumo provocado por estas políticas é possibilitado pelos saldos positivos acumulados na balança comercial, aos quais se deve somar o endividamento posterior do Banco Central por via da emissão de dinheiro (Cortés Conde, 2005, pp. 169-176).

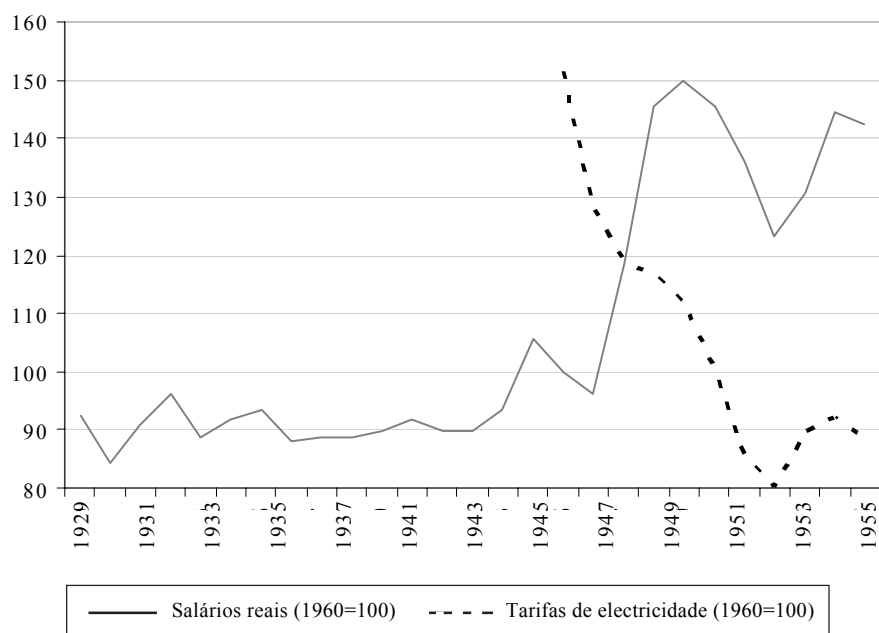
A Argentina ficará marcada por estes primeiros anos do peronismo. A imagem que perdurou nos sectores populares é a de que era possível um aumento significativo do poder aquisitivo. Ora bem, o salário real pode manter-se elevado aumentando o seu valor nominal a uma taxa superior à inflação e/ou controlando os factores que intervêm no custo de vida. Se bem que durante o peronismo se tenha aumentado o salário nominal, a aposta forte esteve no controlo dos factores envolvidos no custo de vida. “Lo observable en la experiencia argentina es que el incremento del salario real en la coyuntura, cuando ocurre, se debe esencialmente a la caída del valor relativo de estos tres precios — agropecuarios, tarifas públicas, alquileres — con respecto al salario. Los bienes y servicios que estos precios representan constituyen una parte importante de la canasta familiar” (Canitrot, 1975, p. 335). Em primeiro lugar, o *Instituto Argentino de Promoción del*

¹⁸ O valor aqui apresentado (62%), de Gerchunoff e Llach, difere dos valores representados no gráfico n.º 1 (que representariam 50%), baseados em Cortés Conde (que correspondem a 108 em 1945 e 162 em 1949). Embora os valores sobre o aumento do salário real entre 1945 e 1949 difiram, os trabalhos têm em comum o facto de mostrarem um aumento significativo. Inclusive, no caso do índice de Cortés Conde, em que os valores são inferiores aos de Gerchunoff e Llach, nota-se que o crescimento é significativo.

Intercambio (IAPI), criado em 1946, regula as exportações, trocando divisas por produtos primários dos exportadores e vendendo a preços superiores aos países compradores (fundamentalmente a Inglaterra). Este sistema faz com que os preços dos alimentos no mercado interno (em particular, carne e cereais) sejam inferiores aos internacionais. A diferença com que fica o IAPI é utilizada de diversas formas dentro do mercado interno, como, por exemplo, para financiar a compra de empresas de serviços públicos. Em segundo lugar, os alugueres são congelados por um longo período. Finalmente, as tarifas de serviços públicos são congeladas e em alguns casos chegam mesmo a descer em termos nominais.

Índice de salários e tarifas eléctricas

[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: Para salários, Cortés Conde (2005); para tarifas, Núñez Miñana e Porto (1982).

Como se pode ver no gráfico n.º 1, a tendência de aumento do salário real opõe-se à das tarifas de electricidade¹⁹ (que caíram drasticamente em termos reais). Assim, verifica-se uma importante relação entre as tarifas e o

¹⁹ Se incluíssemos os valores de outros serviços públicos, o comportamento seria semelhante. Não usamos o índice geral de tarifas elaborado por Núñez Miñana e Porto porque os combustíveis têm um excessivo peso relativo. Sobre isto, v. as críticas de Rezk (1982).

salário. Segundo Cortés Conde, o custo dos serviços públicos teve uma grande incidência no orçamento dos consumidores. Para as empresas de serviços públicos, esta política de tarifas baixas durante o peronismo produz perdas, tornando-as deficitárias durante longos períodos. A consequência no longo prazo é a não renovação de equipamento e a falta de manutenção. Este processo não foi acompanhado por um aumento na produtividade e por isso tornou-se insustentável no longo prazo (Cortés Conde, 2005, p. 203).

A EVOLUÇÃO DE TARIFAS E PREÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS (1945-1980)

O estudo de Núñez Miñana e Porto demonstra que houve um primeiro período de forte queda das tarifas de serviços públicos e depois uma flutuação sem uma tendência definida, em oposição ao que afirmam outros autores (Mallon e Sourrouille, 1973; Diaz Alejandro, 1975) relativamente à existência de uma tendência para a queda constante das tarifas durante todo o pós-guerra. Isto mostra uma diferença importante em relação a outros casos da Europa e dos Estados Unidos, onde as tarifas revelaram uma tendência para decrescer entre 1945 e 1973²⁰.

A queda das tarifas entre 1945 e 1952 deve-se ao facto de estas se terem mantido constantes (ou terem mesmo descido) em termos nominais num contexto de inflação. Depois, entre 1955 e 1980, cada novo governo realiza um ajustamento das tarifas a partir de programas de “estabilização” e a inflação subsequentemente faz as tarifas cair novamente (Núñez Miñana e Porto, 1982, pp. 472-473). Daqui se infere que a relação dos preços dos serviços públicos relativamente aos valores do sector privado está marcada por constantes flutuações, já que “la aceleración inflacionaria va unida a disminuciones en los niveles tarifarios reales; la desaceleración inflacionaria va unida a aumentos en las tarifas reales” (Núñez Miñana e Porto, 1976, p. 314).

Como já foi dito, no período do pós-guerra verificou-se, em diferentes países, uma tendência geral para a queda dos valores das tarifas de serviços públicos. No caso argentino, o comportamento das tarifas a valores constantes deve-se a dois fenómenos combinados: o aumento das tarifas e as desvalorizações da moeda. A forte queda verificada nos anos do peronismo contribuiu para que o conflito distributivo se tornasse crónico nos anos posteriores.

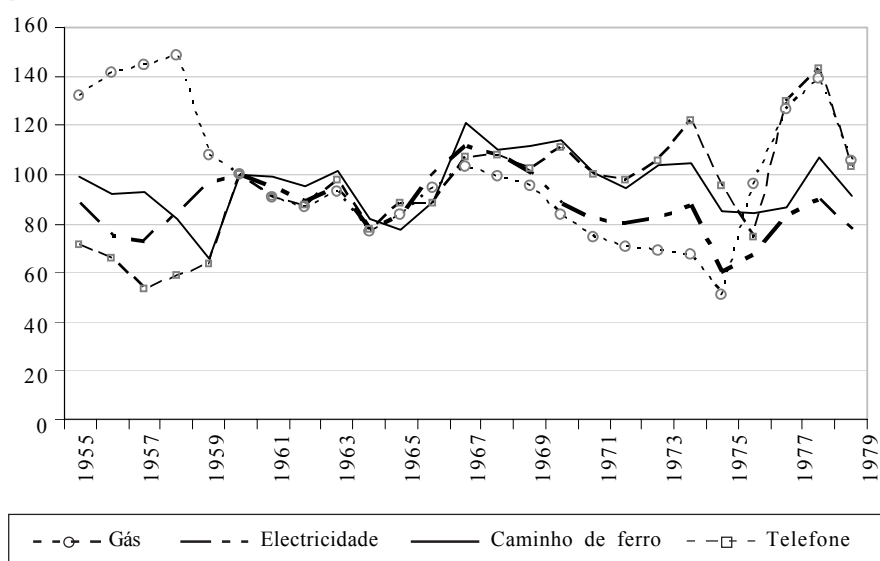
As políticas económicas do peronismo trouxeram o que Cortés Conde apelidou de dilema das políticas populistas, em que se conjugam uma baixa

²⁰ Sobre o caso dos preços de electricidade pagos pelos consumidores, pode consultar-se, para Lisboa, Bussola (2004, pp. 50-53) e, para os EUA, Burwell e Swezey (1990). Em ambos os casos os consumidores pagam valores decrescentes durante todo o pós-guerra.

produtividade do trabalho e altos níveis de consumo: “No eran posibles equilibrios macroeconómicos con las distorsiones creadas para mantener bajos los precios de los alimentos y servicios públicos de modo de sostener elevados los salarios reales y no era posible un aumento de los salarios nominales con las medidas proteccionistas que posibilitaban la subsistencia de actividades de muy baja productividad” (Cortés Conde, 2005, p. 242).

Preços e tarifas (valores constantes) (1960=100)

[GRÁFICO N.º 21



Fonte: Núñez Miñana e Porto (1982).

A historiografia argentina, na tentativa de explicar o atraso relativo do país, fez comparações com a Austrália, devido às semelhanças entre os dois países na viragem do século XIX. Recentemente, Gerchunoff e Fajgelbaum fizeram uma análise comparada entre estes dois países²¹ em que a questão da distribuição da riqueza e do consumo popular é central. Nesse trabalho os autores argumentam que “difícilmente uma aposta igualitarista extrema

²¹ Esta comparação justifica-se pelas semelhanças verificadas entre os dois países entre a segunda metade do século XIX e boa parte do século XX. De facto, no fim do século XIX ambos os países eram nações novas que possuíam abundância de terras e escassez de população; partilhavam uma posição geográfica subequatorial que ditava o seu afastamento dos centros do poder mundial; eram produtores de matérias-primas e, como tal, sofreram a decadência do comércio de bens primários a partir dos anos 30 do século XX (Gerchunoff e Fajgelbaum, 2006, pp. 33-34).

como la del peronismo pudo haberse llevado a cabo en un régimen parlamentario; pero igualmente difícil hubiera sido la brutal contracara que más tarde sobrevendría” (Gerchunoff e Fajgelbaum, 2006, p. 96). Por outras palavras, o peronismo fez uma redistribuição da riqueza que outros países não fizeram, mas as reacções dos governos posteriores também foram significativas. Em vez de os preços dos serviços públicos seguirem a tendência mundial, o que se verifica é uma queda pronunciada nos primeiros anos do peronismo, que depois será impossível manter. Isto explica as posteriores flutuações das tarifas de serviços públicos em relação aos outros países da Europa e da América.

Nos primeiros anos do peronismo, o fomento do consumo teve consequências no curto e médio prazo nas explorações de electricidade. O aumento pronunciado do consumo combinado com tarifas populistas impediu o autofinanciamento das empresas. Em Buenos Aires, a principal empresa de electricidade, uma das poucas não estatizadas, teve dificuldades em realizar os investimentos necessários. Segundo o relatório anual da empresa eléctrica CADE, o problema residia no nível das tarifas: “El aumento constante de gastos y cargas ha desequilibrado severamente la ecuación económico-financiera de los servicios públicos a nuestro cargo. La resultante insuficiencia de las tarifas básicas estipuladas por las concesiones de que es titular la Empresa, le impiden obtener una reituación razonable y dotar su Fondo de renovación y depreciación con las sumas exigidas por el valor actual de las instalaciones a reponer” (CADE, 1951, p. 17).

Para manter as “tarifas políticas”, o discurso oficial nacionalizador torna-se contraditório quando o governo outorga à CADE, por intermédio do Banco Industrial, empréstimos para ampliações e extensões do serviço público a taxas baixas (La Scaleia, 2007, p. 16). As soluções de “urgência” fazem parte da nova política económica. A falta de previsão no sector eléctrico, que necessita de importantes investimentos que antecipem o consumo — uma vez que a energia não pode ser armazenada —, produz crises. A ausência de uma previsão por parte do governo das consequências do aumento do consumo no curto prazo levou a que Buenos Aires ficasse várias vezes às escuras no início dos anos 50.

AS PRIVATIZAÇÕES DE MENEM

Hoy resulta increíble recordar que durante el gobierno anterior al mío [...] se programaban cortes de luz semanales, en invierno no había gas para las estufas y calderas, la instalación de una línea telefónica podía durar algo más de una década [...]

Y tal vez no había llegado todavía el tiempo del coraje y la energía política [Menem, 1999, p. 30].

Depois de um breve governo peronista (1973-1976) — que presenciou a morte do seu fundador e o surto de movimentos armados — adveio uma das ditaduras mais cruéis da América Latina. Os direitos humanos foram sistematicamente violados entre 1976 e 1983 com métodos que iam da detenção e exílio à tortura e assassinato (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 350). O regresso da democracia em 1983 (depois da derrota na guerra das Malvinas) foi vivido como a grande vitória da sociedade, pois fechou definitivamente o caminho aos golpes militares que de modo sistemático interromperam os governos eleitos no meio século anterior. O inédito das eleições foi o triunfo do Partido Radical sobre o peronismo (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 381). O governo de Raul Alfonsín conseguiu consolidar a democracia face ao fantasma de um novo golpe militar. Contudo, a economia atravessou uma forte crise caracterizada pela hiperinflação (343% em 1988, 3079,5% em 1989). Em 1989, as eleições são favoráveis ao partido opositor (da área do peronismo), garantindo, assim, a sucessão democrática. A alternância de partidos, sem proscricções, é um outro facto inédito na história do país. As exigências populares ao novo governo eram de uma natureza diferente das exigências que se faziam ao governo anterior: “Si en 1983 el mandato popular había sido antes que nada de naturaleza institucional, el que recibía Menem era ante todo económico: había que salir de la hiperinflación” (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 421). Desde o início que o governo de Menem (1989-1999) adere aos princípios do neoliberalismo, apresentando o excessivo peso do Estado (enquanto proprietário de empresas de serviços públicos) como a fundamental causa dos problemas da economia argentina. Nos primeiros dois anos de governo não conseguiu deter a hiperinflação e são promulgadas leis que abrem o caminho para as privatizações (a Lei de Emergência Económica e Reforma do Estado). Será o *Plan de Convertibilidad* — vigente desde Abril de 1991 — que conseguirá deter a inflação, cuja base de sustento é o aumento do endividamento externo (Sidicaro, 2002, pp. 174-179). Este plano (que estabelece a paridade cambial entre o peso e o dólar) e a transferência das empresas de serviços públicos para mãos privadas são as medidas emblemáticas do governo de Menem. Isto significou a aplicação de políticas claramente opostas às praticadas por Perón, como a abertura da economia aos capitais estrangeiros e as privatizações dos serviços públicos. Cabe perguntar então quais os traços comuns aos dois governos peronistas que se mantiveram dez anos no poder.

Se a nacionalização dos caminhos de ferro dividiu a historiografia, as privatizações do governo de Menem dividiram o campo intelectual em geral. Devido à proximidade temporal, é matéria não só de historiadores, mas

sobretudo de economistas, sociólogos, políticos, comunicadores sociais, etc. Por outro lado, também na opinião pública há uma importante discussão sobre esse tema. Se, por um lado, uma grande parte dos argentinos encontra as causas da crise de 2001-2002 na administração do governo de Menem (sendo as privatizações um dos elementos que distinguiram o seu governo), por outro lado, para algumas instituições internacionais (e. g., o Banco Mundial), as privatizações foram apresentadas como um modelo a imitar. Assim, dentro e fora dos âmbitos acadêmicos, as privatizações têm os seus defensores e os seus opositores.

Para os defensores, as privatizações argentinas não constituem apenas mais um caso, mas o modelo de rapidez e compromisso assumido por um governo. Esta visão é sintetizada num relatório do Banco Mundial de Dezembro de 1995, em que se faz uma avaliação das privatizações: “La reestructuración y la privatización de empresas públicas importantes entrañan riesgos considerables. Pero cuando las reformas están respaldadas por el firme compromiso de las autoridades y se fundan en una minuciosa labor sectorial, pueden lograr resultados notables. Buen ejemplo de ello son las privatizaciones en gran escala llevadas a cabo en la Argentina a comienzos del decenio de 1990, evaluadas recientemente por el Departamento de Evaluación de Operaciones (DEO) [...] los tres sectores [petróleo/gas, ferrocarriles y telecomunicaciones] abarcados por la reforma redujeron los costos, aumentaron la producción, mejoraron la calidad de sus productos y servicios, racionalizaron los precios y dieron cada vez más cabida a la competencia (si bien más en algunos sectores que en otros)” (Banco Mundial, 1995, p. 2).

Esta versão dos factos é apoiada por vários estudos que consideram que as privatizações tiveram efeitos positivos na economia argentina. Alguns dos argumentos a favor das privatizações são os seguintes: queda na percentagem dos lares sem acesso aos “serviços básicos” — e. g., no período de 1991-1996 desceu de 10,1% para 6,1% a quantidade de lares sem acesso a estes serviços (Ennis e Pinto, 2005, p. 181); uma queda na mortalidade infantil, produto da privatização da água e dos esgotos, na ordem dos 5% (Galiani *et al.*, 2003, p. 33); uma redistribuição da riqueza em favor dos sectores populares — e. g., no período de 1988-1998 houve um incremento do bem-estar mais significativo nos sectores de menores recursos (Navajas, 1999, p. 18); melhoria do serviço para os consumidores — e. g., no caso da água não só desceram os preços médios, mas também aumentou a pressão e diminuiu o tempo de reparação (Abdala, 1997, p. 25).

Já para os opositores, as privatizações envolveram negociações corruptas que beneficiaram sobretudo as empresas privatizadas (na maioria com capitais estrangeiros) e os políticos no poder (Sidicaró, 2002, pp. 181-184). Retorna, assim, a antiga associação entre capital estrangeiro e poder político

nacional contra os interesses dos consumidores. Nesta linha de pensamento, os estudos dos autores que consideram que as privatizações foram negativas baseiam os seus argumentos nos seguintes elementos: as elevadas taxas de lucro que obtiveram as empresas relativamente às taxas médias praticadas no país — no período de 1993-2000 a taxa de rentabilidade anual do conjunto das 200 empresas de maiores vendas foi de 4% (incluindo as privatizadas), mas as privatizadas obtiveram uma taxa de 10,4% (Aspiazu e Basualdo, 2004, p. 79); não se realizaram os investimentos estipulados — entre 1985 e 1997 caiu em 5% a quantidade de lares com esgotos (Arza, 2002, p. 37); houve um aumento na percentagem do orçamento familiar destinado ao pagamento dos serviços públicos originado no aumento das tarifas, prejudicando mais os sectores de menores recursos — entre Maio de 1993 e Janeiro de 2002, a tarifa média residencial de água aumentou 88,2% e o índice de preços ao consumidor 7,3% (Aspiazu e Schorr, 2003, p. 32).

Estas duas perspectivas de análise padecem de uma polarização excessiva quanto à posição que assumem face às privatizações. Uma terceira perspectiva afasta o seu foco das empresas e dos consumidores e traslada-o para os organismos de regulação. Um teórico do Estado, Oscar Oszlak, mostra que faltou uma regulação adequada que seguisse os passos necessários para uma gestão mais eficiente. Se a teoria indica que a sequência periódica a seguir deve ser (1) aprovação do quadro de regulação, (2) criação de entidade reguladora, (3) realização da privatização, o autor afirma que “en varios casos, la ‘urgencia’ por privatizar relegó a un segundo plano el diseño idóneo de un marco regulatorio. El caso argentino es paradigmático en ese sentido” (Oszlak, 2004, p. 169). O âmbito institucional em que se concretizou este processo, tal como noutros países da América Latina, esteve caracterizado por uma legislação vaga sobre a regulação. Isto deveu-se ao facto de a elaboração do quadro de regulação ter sido delegada pelo poder legislativo no executivo (Oszlak, 2004, p. 172). Esta delegação justificou-se pela urgência das privatizações e resultou em altos níveis de discricionariedade do presidente Menem. Oszlak mostra, deste modo, que o baixo nível de independência institucional retirou eficiência às privatizações.

Para compreender o baixo nível institucional ou a escassa solidez da regulação durante o governo de Menem é fundamental ver quais eram os valores que ele defendia: “Un sistema económico popular de mercado debe estar al servicio del pueblo y de la justicia social. Debe romper la dependencia intelectual, que es la peor de las dependencias cuando se trata de la búsqueda de auténticas soluciones nacionales. Un sistema económico popular de mercado debe eliminar los monopolios. Tanto públicos como privados. Y debe dejar atrás la arbitrariedad regulatoria” (Menem, 1990, p. 103).

Por um lado, este parágrafo mostra que para o governo privatização e desregulação foram sinónimos. A “revolução” empreendida procurava com-

bater as ações de anteriores governos (principalmente o de Perón), afirmando que era necessário “menos Estado”. Este princípio contribuiu para que se considerasse secundária a função do Estado regulador (baseado em instituições relativamente independentes do governo), que, no contexto da globalização e liberalização da economia, é fundamental. Nas palavras de Marques e Moreira: “Na nova economia de mercado, tão importante como uma cultura da concorrência é uma cultura da regulação” (Marques e Moreira, 2003, p. 15).

Até aos anos 90 ninguém teria imaginado os investidores estrangeiros a apoiarem um governo peronista: elogiando-o com adjetivos que habitualmente eles usavam para apoiar os “conservadores” (antiperonistas). O que ficou claro é que o peronismo é um fenómeno tão complexo que conseguiu o apoio dos sectores mais conservadores do país (eternos inimigos do peronismo) e, ao mesmo tempo, dos sectores populares. De facto, os principais integrantes da UCD (*Unión de Centro Democrático*), partido liberal-conservador, foram funcionários do governo menemista. O governo de Menem demonstrou que a essência do peronismo não está no nacionalismo económico ou na presença de um Estado produtor e regulador. Por um lado, é fundamental o apoio popular, que, em ambos os casos, foi conseguido por via do aumento do consumo interno: no caso de Perón, este aumento esteve baseado nas divisas acumuladas (transferidas para o governo por intermédio do IAPI) e na expansão do crédito, que possibilitou o aumento dos salários reais (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 199); no caso de Menem, o aumento foi possível graças à aplicação prolongada do regime de convertibilidade (\$1 = U\$1), que foi financiado pelo endividamento público (os capitais eram atraídos pelas altas taxas de juro). Deste modo, a dívida pública duplicou em seis anos, passando de 53 600 para 110 000 milhões de dólares entre 1993 e 1999 (Sidicaro, 2002, p. 179). Neste sentido, poder-se-ia chamar ao Partido Justicialista o partido dos consumidores e não dos trabalhadores. Por outro lado, garantido o apoio popular (o voto), as ações não precisaram de maior consenso, transformando o poder legislativo num apêndice do executivo. Justificando o seu modo de agir, Menem afirmava: “Se ha objetado la gran cantidad de decretos de necesidad y urgencia que firmé, pero nunca se analizó hasta ahora qué hubiera pasado si no tomaba decisiones rápidas y concretas, utilizando, por lo demás, facultades que el Congreso había delegado en el Poder Ejecutivo” (Menem, 1999, p. 31). Assim, ambos os governos se caracterizaram por um modo de governar baseado num poder executivo forte, que justifica as suas medidas com a necessidade de agir rapidamente e cujo ideário já foi sintetizado por Juan Domingo Perón: “Mejor que decir es hacer.” É o descrédito do “dizer” dos intelectuais, considerados “a pior das dependências”, que se substitui pelo “fazer” do governo. Este fazer geralmente altera de modo substancial o realizado pelos

governos anteriores (sejam de direita ou de esquerda). De facto, Menem apelidou o seu programa de “revolução produtiva”. O sentido atribuído a essa “revolução” foi de alinhamento com os princípios do neoliberalismo. Assim, a combinação de apoio popular e de medidas urgentes sem consenso dos outros sectores políticos tem caracterizado as políticas dos governos peronistas. Foi no contexto desta forma de governar que se deram as alterações na propriedade dos serviços públicos.

CONCLUSÃO

Neste trabalho vimos como questões próprias das infra-estruturas de rede surgem em diferentes momentos. No primeiro momento analisado — instalação dos serviços públicos — as empresas desenvolvem estratégias (fusão e divisão do mercado) para criar um mercado monopolístico. No segundo momento, os consumidores iniciam reclamações de tarifas baratas, colocando-se a questão da regulação destes monopólios naturais. Os efeitos da crise económica de 1929 e a conjuntura política da cidade de Buenos Aires transformam o problema das tarifas numa questão de Estado. Em 1936 são beneficiados quer os consumidores, com uma diminuição das tarifas, quer a empresa, com uma ampliação da duração do contrato. As questões dos serviços públicos nestes dois momentos não diferem do que acontecia na altura noutros países. O terceiro momento é de viragem na propriedade dos serviços públicos, em consonância com o que acontecia também internacionalmente. Na Argentina, paralelamente às nacionalizações, as tarifas dos serviços públicos são usadas como instrumentos de distribuição da riqueza. No curto prazo, Perón atinge os seus objectivos: aumento do consumo e melhoramento da distribuição da riqueza. A consequência no médio prazo é uma crise energética provocada pela falta de investimento. É somente a partir de 1958 (no pós-peronismo) que se estabelece o princípio de que as tarifas devem garantir os custos de produção, uma determinada taxa de lucro e futuros investimentos (Bussola, 2007, pp. 16-17). No quarto momento analisado, as privatizações são apontadas pelo Banco Mundial como exemplo de celeridade na execução. O aumento significativo das tarifas permite a obtenção de lucros acima da média, mostrando que a “urgência” com que as privatizações são executadas cria uma regulação ineficaz. Todavia, os consumidores não se queixam porque também são beneficiados pelas políticas monetárias. A consequência é um endividamento externo que leva à crise de 2001.

Como foi possível constatar, a associação entre nacionalismo e peronismo faz parte das circunstâncias do pós-guerra. O governo de Menem desenvolve uma política económica diametralmente oposta, baseada nas privatizações

das empresas de serviços públicos. Apesar destas diferenças, nos dois governos a mudança na propriedade dos serviços públicos foi feita com urgência e sem debate prévio. Este modo de agir contribuiu para cumprir os objetivos dos governos no curto prazo: o aumento do consumo. É de salientar que nestes dois governos houve saltos qualitativos no consumo de electrodomésticos. Quer as tarifas políticas de Perón, quer as privatizações de urgência de Menem, criaram a ilusão de melhoramento dos serviços públicos no curto prazo. Todavia, no longo prazo, os serviços públicos (e a sociedade) entraram em crise. Ao centrar a atenção apenas nas tarifas, estes governos colocaram num segundo plano outros factores (investimento, lucros, etc.) fundamentais para as políticas públicas das infra-estruturas de rede.

BIBLIOGRAFIA

- ABDALA, M. A. (1997), *Welfare Effects of Buenos Aires Water and Sewerage Service Privatization*, Bahía Blanca, Universidad Nacional del Sur.
- ANSALDI, W. (2000), “La trunca transición del régimen oligárquico al régimen democrático”. In R. Falcon (org.), *Nueva Historia Argentina* (vi). *Democracia, Conflicto Social y Renovación de Ideas (1916-1930)*, Buenos Aires, Sudamericana, pp. 15-57.
- ARZA, C. (2002), *El Impacto Social de las Privatizaciones. El Caso de los Servicios Públicos Domiciliarios*, segunda série de documentos de relatórios de investigação, n.º 10, Buenos Aires, FLACSO.
- ASPIAZU, D., e BASUALDO, E. (2004), “Las privatizaciones en la Argentina. Génesis, desarrollo y los impactos estructurales”. In J. Petras e H. Veltmeyer (orgs.), *Las Privatizaciones y la Desnacionalización de América Latina*, Buenos Aires, Prometeo, pp. 55-112.
- ASPIAZU, D., e SCHORR, M. (2003), *Crónica de Una Sumisión Anunciada. Las Renegociaciones con las Empresas Privatizadas bajo la Administración Duhalde*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- BANCO MUNDIAL (1995), “Privatización de las empresas públicas en la Argentina”. *OED Précis*, n.º 100, pp. 1-11.
- BURWELL, C., e SWEZEY, B. (1990), “The home: evolving technologies for satisfying human wants”. In S. Schurr, C. Burwell, W. Devine e S. Sonenblum (orgs.), *Electricity in the American Economy. Agent of Technological Progress*, Nova Iorque, Greenwood Press, pp. 249-270.
- BUSSOLA, D. (2004), *A “Modernização” dos Lares Lisboetas. Consumo de Energia e Electrodomésticos na Lisboa de Após Guerra (1947-1975)*. Tese de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- BUSSOLA, D. (2007), “La regulación de la electricidad en la ciudad de Buenos Aires. El caso CATE/CHADE/CADE (1908-1958)”. Comunicação apresentada às XI Jornadas Interescuelas, Tucumán, 19-22 de Setembro, pp. 1-19, publicação em CD-ROM.
- CADE (1951), *Memoria y Balance General*, Buenos Aires, CADE.
- CANITROT, A. (1975), “La experiencia populista de redistribución de ingresos”. *Desarrollo Económico*, 15 (59), pp. 331-351.
- CHADE (1932), *Memoria Que el Consejo de Administración Somete a la Aprobación de la Junta General Ordinaria de Accionistas*, Barcelona, Tipografía Emporivm.
- CHADE (1937), “Contrato de concesión otorgado a la Cia. Alemana Transatlántica de Electricidad. Ordenanza del 9 de diciembre de 1907”. In *Contrato de Concesión Otorgado por la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires y Convenio Aclaratorio*, Buenos Aires, CHADE, pp. 3-17.
- CHICK, M. (2002), “Productivity, pricing and investment in the French and UK nationalised electricity industries (1945-1973)”. Comunicação apresentada ao XIII Economic History Congress, Buenos Aires, 22-26 de Junho, pp. 1-38.

- CHICK, M. (2004), "The power of networks: defining the boundaries of the natural monopoly network and the implications for the restructuring of electricity supply industries". *Annales historiques de l'électricité*, 2, pp. 89-106.
- CORTHELL, E. (1903), "Two years in Argentina as the consulting engineer of national public works". *Bulletin of the American Geographical Society*, 35 (5), pp. 439-471.
- CORTÉS CONDE, R. (2005), *La Economía Política de la Argentina en el Siglo XX*, Buenos Aires, Edhasa.
- DE PRIVITELLIO, L. (1994), "¿Quién habla por la ciudad? La política porteña y el affaire Chade. 1932-1936". *Entrepasados*, 6, pp. 49-64.
- DE PRIVITELLIO, L. (2003), *Vecinos y Ciudadanos. Política y Sociedad en la Buenos Aires de Entreguerras*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- DIAZ ALEJANDRO, C. (1975), *Ensayos sobre la Historia Económica Argentina*, Buenos Aires, Amorrortu.
- DUEG (1906), *Informe anual de la Deutsch — Ueberseeische Elektrizitäts — Gesellschaft*, Archivo General de la Nación (Argentina), Archivo Intermedio, Fondo Segba.
- DUEG (1914), *Informe anual de la Deutsch — Ueberseeische Elektrizitäts — Gesellschaft*, Archivo General de la Nación (Argentina), Archivo Intermedio, Fondo Segba.
- ENNIS, H., e PINTO, S. (2005), "Argentina's privatization: effects on income distribution". In N. Birdsall e J. Nellis (orgs.), *Reality Check: The Distributional Impact of Privatization on Developing Countries*, EUA, Center for Global Development, pp. 179-217.
- FODOR, J., e O'CONNELL, A. (1973), "La Argentina y la economía atlántica en la primera mitad del siglo XX". *Desarrollo Económico*, 13 (49), pp. 3-65.
- FORD, A. G. (1971), "British investment in Argentina and long swings, 1880-1914". *Journal of Economic History*, 31 (3), pp. 650-663.
- GALLIANI, S., GERTLER, P., SCHARAGRODSKY, E., e STURZENEGGER, F. (2003), *The Costs and Benefits of Privatization in Argentina: A Microeconomic Analysis*, Working paper R-454, Inter-American Development Bank.
- GARCÍA HERAS, R. (1994), *Transporte, Negocios y Política. La Compañía Anglo Argentina de Tranvías 1876-1981*, Buenos Aires, Sudamericana.
- GERCHUNOFF, P., e LLACH, L. (2005), *El Ciclo de la Ilusión y el Desencanto. Un Siglo de Políticas Económicas Argentinas*, Buenos Aires, Ariel.
- GERCHUNOFF, P., e FAJGELBAUM, P. (2006), *¿Por qué Argentina no Fue Australia? Una Hipótesis sobre Un Cambio de Rumbo*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- JAMES, D. (2005), *Resistencia e Integración. El Peronismo y la Clase Trabajadora Argentina, 1946-1976*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- LANCIOTTI, N. (2005), "La evolución económica de las empresas de servicios públicos en Rosario, Argentina (1890-1930)". Comunicación presentada às X Jornadas Interescuelas de Historia, Rosario, UNR, pp. 1-26, publicação em CD-ROM.
- LANCIOTTI, N. (2007), "Inversión extranjera y marcos regulatorios. Las empresas de electricidad en Argentina, 1890-1956". Comunicación presentada ao V Colóquio Anual de História de Empresas, Buenos Aires, Universidad de San Andrés, 29 de Março, pp. 1-43.
- LA SCALEIA, L. (2007), "Estado empresario y políticas públicas en el sector eléctrico: 1946-1955". Comunicación presentada às XI Jornadas Interescuelas, Tucumán, 19-22 de Setembro, pp. 1-20, publicação em CD-ROM.
- LIERNUR, J., e SILVESTRI, G. (1993), "El torbellino de la electrificación. Buenos Aires, 1880-1930". In J. Liernur e G. Silvestri (orgs.), *El Umbral de la Metrópolis. Transformaciones Técnicas y Cultura en la Modernización de Buenos Aires (1870-1930)*, Buenos Aires, Sudamericana, pp. 9-95.
- MALLON, R., e SOURROUILLE, J. (1973), *La Política Económica en Una Sociedad Conflictiva*, Buenos Aires, Amorrortu.
- MARQUES, M. L., e MOREIRA, V. (2003), "Economía de mercado e regulação". In M. L. Marques e V. Moreira (orgs.), *A Mão Visível. Mercado e Regulação*, Coimbra, Almedina, pp. 13-17.

- MENEM, C. (1990), *La Esperanza y la Acción*, Buenos Aires, Emecé.
- MENEM, C. (1999), *Universos de Mi Tiempo. Un Testimonio Personal*, Buenos Aires, Sudamericana.
- MILLWARD, R. (2004), "L'organizzazione economica e lo sviluppo della distribuzione dell'energia elettrica nella Gran Bretagna del xx secolo". In A. Giuntini e G. Paoloni (orgs.), *La città elettrica*, Bari, Laterza, pp. 99-124.
- NAHM, G. (1997), "Las inversiones extranjeras y la transferencia de tecnología entre Europa y América Latina: el ejemplo de las grandes compañías eléctricas alemanas en Argentina". *Scripta Nova*, 1, url: <http://www.ub.es/geocrit/sn-1.htm>.
- NAVAJAS, F. (1999), "Structural reforms and the distributional effects of price changes in Argentina". In *XII World Conference of the International Economic Association*, Buenos Aires, url: <http://ssrn.com/abstract=178689>.
- NEWBERY, D. (2001), *Privatization, Restructuring, and Regulation of Network Utilities*, Cambridge, The MIT Press.
- NUÑEZ MIÑANA, H., e PORTO, A. (1976) "Análisis de la evolución de precios de empresas públicas en la Argentina". *Desarrollo Económico*, 16 (63), pp. 307-332.
- NUÑEZ MIÑANA, H., e PORTO, A. (1982), "Inflación y tarifas públicas: Argentina, 1945-1980". *Desarrollo Económico*, 21 (84), pp. 469-484.
- OSZLAK, O. (2004), "Privatización y capacidad de regulación estatal: una aproximación teórico-metodológica". In L. C. Bresser-Pereira, N. C. Grau, L. Garnier, O. Oszlak e A. Przeworski (orgs.), *Política y Gestión Pública*, Buenos Aires, FCE, pp. 139-193.
- REZK, E. (1982), "Inflación y tarifas públicas: Argentina, 1945-1980. Un comentario". *Desarrollo Económico*, 21 (84), pp. 549-552.
- SIDICARO, R. (2002), *Los Tres Peronismos. Estado y Poder Económico 1946-55/1973-76/1989-99*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- SKUPCH, P. (1973), «El deterioro y fin de la hegemonía británica sobre la economía argentina, 1914-1947". In M. Panaia, R. Lesser e P. Skupch (orgs.), *Estudios sobre los Orígenes del Peronismo*, vol. 2, Buenos Aires, Siglo XXI, pp. 1-79.
- TAYLOR, A. (1994), "Argentine economic growth in comparative perspective". *Journal of Economic History*, 54 (2), pp. 434-437.
- TONINELLI, P. A. (2000), "The rise and fall of public enterprise: the framework". In P. A. Toninelli (org.), *The Rise and Fall of State-Owned Enterprise in the Western World*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-24.
- UGALDE, A. (1983), *Las Empresas Públicas en la Argentina: Su Magnitud y Origen*, Documento de trabalho n.º 3, Buenos Aires, CEPAL.
- WRIGHT, W. (1980), *Los Ferrocarriles Ingleses en la Argentina. Su Influencia en el Nacionalismo Económico, 1854-1948*, Buenos Aires, Emecé.
- YOUNG, G. (1995), "Los bancos alemanes y la inversión directa alemana en América Latina, 1880-1930". In C. Marichal (org.), *Las Inversiones Extranjeras en América Latina, 1880-1930*, México, FCE, pp. 96-124.